REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2021

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte um, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira, por videoconferência, atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronovírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros:

José Gabriel do Álamo Meneses – Presidende da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Tibério Manuel Faria Dinis – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Paulo Manuel Ávila Messias – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
João Luís Sanchez dos Santos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Tânia Gil da Rocha Lemos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Luis Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Elmano Manuel Vieira Nunes - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Valter Manuel Linhares Peres - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Paulo Manuel Martins Luís - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Rómulo Ficher Correia – Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã
Miguel Reis Sousa – Representante do Governo Regional
Rodrigo Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues – Representante da Câmara do Comércio
Diana da Rocha Barcelos – Representante da Câmara do Comércio
José António Sozinho Azevedo – Representante da Associação Agricola da Ilha Terceira
João Manuel Batista Reis Canedo – Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social.
Raquel Gomes Caetano Ferreira – Representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho – representante da Universidade dos Açores

Não compareceram deputados por estarem em plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Presidente da mesa do Conselho de Ilha da Terceira, **Ricardo Barros** saudou os Conselheiro, fazendo de seguida a respetiva chamada. Após este ato, e antes de dar inicio à ordem do dia, propriamente dita, informou que nesta reunião e do ponto de vista regimental deveria ser eleita a mesa do Conselho de Ilha para o ano que agora se inicia, mas como não é possivel fazer-se por video conferência, tal situação resolver-se-á em próxima reunião ordinária, que espera ser presencial.

Posto istou, deu a palavra aos conselheiros

Usou da palavra o conselheiro **Rodrigo Rodrigues –** que se referiu ao tema que tem sido infelizmente, transversal aos dois Concelhos da Ilha, mas que agora tornou-se mais atual e permente e que tem a ver com a eficiência do Porto da Praia da Vitória.
Este ano, por via das obras que decorrem no Porto de Ponta Delgada, existe uma necessidade, por parte dos armadores, de transferir uma parte importante da operação logistica que é feita em Ponta Delgada, quer na importação dos navios quer na exportação. Como se sabe, faz-se a caputagem em Ponta Delgada para os três navios sendo depois a carga dividida pelos mesmos e disperssa pelas várias ilhas e no regresso dos navios a Lisboa dá-se o processo inverso, com a paragem em S. Miguel e com esssa caputagem. Este tem sido um dos pontos fracos, na opinião da Câmara do Comércio, e que se têm debatido bastante.

Neste momento existe de facto, por força das circunstâncias e não por nenhuma decisão política, a possíbilidade de uma parte importante daquela operação ter que ser feita na Praia da Vitória. No entanto existem alguns constrangimentos que decorrem, e aqui é que existe o grande problema, os armadores empuram para a Portos dos Açores, A Portos dos Açores empurra para a estiva, a estiva empurra para os armadores.

Referiu, não saber se faz algum sentido nesta reunião do Conselho de Ilha, tomar-se uma posição no sentido de se exigir às três partes, porque já não há razões aparentemente lógicas, para que não funcione bem, que o Porto da Praia esteja efetivamente operacional para receber aquela operação porque isto pode ser um princípio de algo que temos tentado demonstrar ao longo dos anos que é centralizar geográficamente o Porto da Praia também para a distribuição e caputagem e logística regional. Se, e agora vendo a questão pela lado contrário, eventualmente os armadores, que sabemos não terem muita vontade de alterar a sua operação e não têm muita vontade de centraliar o Porto da Praia da Vitória, nas suas operações logísticas, mas se os armadores, obrigados por força das circunstâncias, tiverem de facto de deslocalizar essa operação para a Terceira e se por razões de ineficiência e inoperacionalidade do porto isso não for possível, alerta já que hipoteca-se definitivamente todo e qualquer potencial do Porto da Praia nos próximos anos, pelo que julga caber aos conselheiros exigir às 3 partes envolvidas e são elas: A Portos dos Açores, A Estiva e os próprios armadores, porque não há razão aparente para o Porto da Praia não estar totalmente operacional e inclusivamente a 2.ª grua foi inaugurada o ano passado e segundo o que sabe sofreu algumas avarias mas confirmou, que está a funcionar bem . Deixou o tema à consideração do Conselho de Ilha.

O Conselheiro **Álamo Meneses,** disse que esta questão tem sido a preocupação do Conselho de Ilha e também de ambos os municípios, na defesa da centralidade do Porto da Praia e da sua utilização e de facto esta é uma oportunidade que se for desperdiçada deixará uma mancha no currículo do Porto que depois dificilmente se resolverá a seguir porque fica mais ou menos demonstrado que afinal o porto não serve e ficará assim. Julga que até é fundamental falar-se disto , mas também acha que não se deve faze-lo de forma isolada há um dossier que já vem há longo tempo e que tem a ver com o funcionamento do porto da Praia e com todas as questões conexas com a logística daquele porto, no qual isto também vai entroncar e virmos de alguma maneira buscar este tema e coloca-lo de novo em cima da mesa e faze-lo chegar quer obviamente às três partes envolvidas, quer também ao Governo Regional no sendido de ter alguma sequência e ter algum envolvimento, mas crê que neste momento é muito importamamte seguir-se esta proposta que foi apresentada.

O Conselheiro **Tibério Dinis –** Relativamente ao assunto em debate, concorda e subsreve e crê ser fundamental neste momento seguir-se a linha que foi traçada pelo Sr. Presidente da Câmara do Comércio e que seja uma posição comum a todo o Conselho de Ilha.

O Conselheiro **José António Sozinho** Referiu-se ao custo das descargas efetuadas no porto da Praia da Vitória, principalmente as descargas a granel, sendo necessário uniformizar os valores das descargas marítimas quer em granel quer em contentor, porque quem utilizar o porto e se verificar que há uma discrepância por valor do que é praticado no Porto da Praia da Vitória e praticado no Porto de Ponta Delgada, vai usar mas não vai continuar. Considera tal fundamental visto que as empresas da Ilha Terceira são penalizadas fortemente por esses valores diferentes que são praticados com acrescimo no porto da Praia da Vitória.

Após estas intervenções o Presidente da Mesa, **Ricardo Barros** sugeriu como hipótese de texto de comunicado sobre o que foi referido e pedindo a opinião dos conselheiros intervenientes o seguinte:

"O Conselho de Ilha demonstrou grande preocupação quanto à operação do Porto da Praia da Vitória decidindo solicitar às partes intervenientes, Portos dos Açores, Estiva e Armadores que estabelecam os necessários entidimentos para maior eficácia na operação do referido Porto".

Por outro lado sugeriu que uma delegação da mesa do Conselho de Ilha, constituida por ele, o Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Câmara do Comércio e José António Rodrigues, Representante das Associações Agricolas, se reunissem para designar um dia com vista a dialogar com aquelas 3 instituições.

O conselheiro **Álamo Meneses,** usando da palavar referiu outro tema, que é antigo e que precisa ser retomado e que tem a ver com o serviço postal. No período de Natal as coisas correram manifestamente mal, com correspondencia/ecomendas a demorar mais de mês e de forma inopinada. Coisas vindas dos estrangeiro chegaram primeiro que coisas vindas de lisboa, afirmou haver qualquer

coisa que está a funcionar de forma verdadeiramente estranha, nos CTT. Pelo que se conclui que a situação dos correios em vez de ter melhorado piorou claramente e neste período de natal que agora acabou foi verdadeiramente mau.

O Conselheiro **Rodrigo Rodrigues –** Concordando com o mencionado pelo conselheiro Álamo Meneses, quis apenas partilhar a informação que a Câmara do Comercio obteve naquela altura mais critica, foi que terá havido neste ano uma procura muito grande por encomendas on-line e essas empresas tem um poder negocial junto das companhias aéreas de transporte muito grande, pelo que passavam à frente do próprios CTTs, por isso é que Portugal usou a expressao e é verdade: "às vezes uma coisa mandada vir do estrangeiro chega antes do correio normal até inter-ilhas". Quanto sabem, neste momento os CTTs estão a trabalhar quase a 100% pelo facto de um cargueiro aéreo ter reeniciado a operação no final do ano findo, o que de uma forma geral as coisa pareciam tender para a normalidade. Durante o Natal correu mal, mas julga haver expetativas para que este ano não seja assim. Contudo está de acordo que se relembre o problema e que faça parte do comunicado.

O Conselheiro **João Santos** usou da palavra para acrescentar, outros factos estranhos, por exemplo, quando se faz uma encomenda e se recebe uma mensagem no telemóvel do expedidor a dizer "temos conhecimento que a sua entrega já foi feita , espero que tenha ficado satisfeito", no entanto a encomenda não chegou, o que conseguiu apurar é que os correios informavam a empresa que as coisas foram entregues para cumprirem os prazos assumidos, mas efetivamente as encomendas não haviam sido entregues estavam de facto na Ilha Terceira mas armazenadas no depósito dos CTT.

Um outro aspeto que acha que terá de ser levado em conta é que dizem, não haver pessoal suficiente nos CTT, pelo que deixa este dois pontos: 1.º achar ser uma má prática os correios participarem à empresa que entregaram a encomenda para que prazo conte como comprido e efetivamente não foram entregues aos destinatários e o 2.º averiguar se efetivamente no dia a dia os CTT, contam com falta de funcionários, ou o quadro que têm é o necessário para darem resposta às necessidades da ilha.

O Conselheiro **António Sozinho** também partilhou uma experiencia que teve que julga ser ainda mais interesssante: Marcaram uma assemnleia geral da Associação Agricola nos fins de novembro. Com 15 dias de antecedência, convocaram por carta todos os associados. As cartas foram entregues em mão nos balcões dos CTT, cerca de 900 cartas para distribuir todas na ilha Terceira, a maioria delas chegarm a casa dos associados após a assembleia geral. Assim verifica-se que o problema não é aéreo, há também um problema de distribuição postal, principalmente no mês de dezembro.

O Presidente da mesa **Ricardo Barros**, aproveitou para fazer a leitura do outro ponto a acrecentar ao comunicado:

"Manifestar junto dos CTT o nosso protesto pela demora nas entregas da correspondência e das encomendas remetidas de Lisboa, o mesmo acontecendo nas expedições dentro da Região".

O texto sugerido para comunicado foi aceite, por unanimidade.

Não havendo mais intervenções agradeceu a participação de todos os conselheiros nesta forma de reunião confinada, esperando que a próxima possa ser presencial desejando a continuação de um bom dia e as melhores felecidades no decurso do corrente ano.

O Presidente do Conselho de Ilha da Terceira,

_____

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros